

## **Circuitos curtos de comercialização no município do Rio de Janeiro: resistência em forma de alimento<sup>1</sup>.**

**Ketyline Pimenta Genaro,**

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRRJ.**

**Palavras-chave: Agricultura – mercado – resistência**

### **Resumo:**

O presente trabalho trata-se de um estudo feito com agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, na cidade do Rio de Janeiro, sobre suas relações com o comércio local e estratégias de comercialização. O artigo mostra a forma como a agricultura de base familiar, feita dentro da cidade, vem conseguindo se sustentar e resistir em um ambiente tão desfavorável para essa agricultura, causado pelo pleno avanço do modo de produção capitalista, mostrando que são capazes de ressignificar e realocar seus espaços para benefício próprio e construindo um mercado que é leal a suas exigências sociais.

Com o foco voltado para as formas de comercialização dos produtos advindos dessa agricultura, pudemos perceber o quanto a unidade de produção ecológica sofre pressão das regras de mercado e como isso tenta ser amenizado com diversas estratégias de organização produtiva diante de um mercado competitivo e globalizado. (BRANDENBURG, 2002). Estar presente no cenário do comércio local é uma estratégia que viabiliza o modo de vida dessas pessoas.

A partir disso, este trabalho mostra duas experiências dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, zona oeste do Rio de Janeiro, em circuitos curtos de comercialização, a Cesta Verde e a Feira Agroecológica da Freguesia, e como essas experiências são desdobramentos de uma atuação sistemática e integrada de atores, organizações e movimentos ligados à agroecologia<sup>2</sup> que, desde 2007, têm atuado na cidade em defesa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

das atividades agrícolas.

### **Introdução:**

O contexto social brasileiro, a partir dos anos 1970, fez emergir movimentos contra hegemônicos que reivindicavam a realocação de seus espaços sociais como forma de frente ao sistema econômico dominante. Por exemplo, se por um lado tivemos a Revolução Verde<sup>3</sup>, que mudou a dinâmica de produção e comercialização de produtos advindos da agricultura, transformando-a em uma enorme empresa conhecida como agronegócio, por outro lado, o movimento da agricultura de base ecológica influenciou o surgimento de mercados alternativos com princípios solidários e alimentos limpos de agrotóxicos.

No Brasil, a chamada agricultura orgânica, alternativa, biodinâmica entre outras denominações desenvolveu-se por volta dos anos 70. Os primeiros grupos da agricultura alternativa eram formados por agricultores familiares afetados pela expropriação da política agrícola. Os agricultores não tinham assistência dos serviços oficiais, por isso passaram a serem agentes de ações de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica e Protestante, as chamadas Comissões Pastorais da Terra, que prestavam essa assistência sob uma perspectiva política crítica sobre a modernização da agricultura, também trabalhando no resgate de práticas tradicionais e no desenvolvimento de estratégias que permitiriam a reprodução social desses agricultores no campo. (BRANDENBURG, 2002).

Entre 1970 e os anos 80 é que, influenciados pelo movimento orgânico, surgiram os primeiros mercados orgânicos no Rio de Janeiro, para além do alimento saudável e livre de agrotóxico, esse tipo de mercado apresenta um caráter político-ideológico que são comuns entre à agricultura ecológica e as feiras de diferentes denominações atuantes na região metropolitana do Rio de Janeiro (FERNANDEZ; FERREIRA. 2015). Parte importante desta agricultura localiza-se no Maciço da Pedra Branca, área formada por um conjunto de montanhas na zona oeste, em cujo entorno estão os bairros:

---

<sup>2</sup> Agroecologia: Movimento social que une produção agrícola de base ecológica e questões socioambientais.

<sup>3</sup> Movimento de modernização da agricultura por meio da implementação de novas tecnologias de produção.

Jacarepaguá, Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio, Grumari, Campo Grande, Realengo, Bangu.

Esses circuitos longos de comercialização são considerados “modernos” por conta das técnicas de agroindustrialização dos alimentos e a procura por eles é intensa nas cidades. Só a partir da década de 90 que, preocupados com os efeitos nocivos a saúde humana e ao meio ambiente, a população passa a gerar uma demanda pela produção de alimentos orgânicos (MAIA, SOUSA. 2016). O comércio de produtos dessa origem é bastante diferente dos outros, podemos chamá-los de mercados territorializados, porque se contrapõem as grandes cadeias alimentares, a comida de nenhum lugar, ultraprocessada e com agrotóxico, advinda dos circuitos longos de comercialização, como, por exemplo, as grandes redes de supermercados. E, sobretudo, porque são espaços de politização do território.

Na perspectiva da sociologia econômica, esses mercados oferecem construções que vão além da demanda, da oferta e da taxa de equilíbrio (RIMAR, 2016), mas é também é representativo da luta pelo território, pela soberania alimentar e pela resistência dos agricultores que o compõe. As feiras, por exemplo, cumprem a função de afirmar a existência da agricultura familiar no município do Rio de Janeiro, desempenhando um papel social de preocupação com o alimento fornecido e com o consumidor final, além de dar acesso ao mercado e contribuir para o sustento dos agricultores. Para além da venda dos produtos, os consumidores e agricultores estabelecem um laço afetivo de respeito mútuo trocando conhecimento e importâncias, a valorização – além da troca financeira - contempla uma forma de mercado que respeita a vida, a experiência pessoal, a mão-de-obra e o consumo consciente e saudável.

### **Metodologia:**

Seguindo a proposta de Bourdieu (2005, p.2), em assumir a “historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação” na estruturação dos mercados, o presente trabalho busca entender a formação e a dinâmica dos espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar e urbana da cidade do Rio de Janeiro. Buscamos também, arcabouço teórico em autores da sociologia e da antropologia que nos ajudam a compreender a relação entre homem e economia, enfatizando as atividades econômicas como práticas socialmente enraizadas

(POLANYI, 2000; BOURDIEU, 2005, MAUSS, 2003) abrindo o horizonte para a compreensão de narrativas que nos mostram a relação de agência entre indivíduo e sociedade.

Partindo, por exemplo, de um trecho de Karl Polanyi, em “A grande transformação”, onde diz que: “o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas”, a pesquisa mostrará motivações da Cesta Verde e da Feira Agroecológica da Freguesia, que não passam somente por questões econômicas, mas também por questões de resistência, identidade, território e sociabilidade, corroborando com os escritos do autor no sentido de perceber que o sistema econômico tem uma função na organização social. Coube também, considerar as especificidades dos casos analisados, respeitando a ideia de que cada sociedade é produto de uma história específica e que, portanto, a economia é uma produção contingente. (MAUSS, 2003). Também autores contemporâneos como Maringá Rimar, Comunello, Brandenburg, puderam ampliar o conhecimento sobre o funcionamento e particularidades do mercado em questão.

Sobre as técnicas de pesquisa foram feitas entrevistas e trabalho de campo, feitos na Feira Agroecológica da Freguesia e com os agricultores que forneciam para a Cesta Verde. Na Cesta Verde também outra ferramenta de atuação foi acionada, como parte das atividades do projeto de extensão universitária a qual eu fazia parte, me posicionei como voluntária da cesta. Toda semana em que havia oferta de mercadorias via Cesta Verde, em determinado dia – geralmente as quintas-feiras – minha colaboração era solicitada para operar a parte que me cabia: a sistematização e repasse dos pedidos ao próximo voluntário que dava seguimento ao processo. Portanto, a pesquisa pôde apresentar duas perspectivas: a interna, enquanto parte colaboradora do projeto e, a externa, enquanto pesquisadora que lança seu olhar para o objeto de análise, dando uma dimensão de observação participante<sup>4</sup>. Ao vivenciar as dificuldades cotidianas de sistematização dos dados e de comunicação entre os diversos atores envolvidos, pude perceber com mais clareza, os processos que envolvem a pactuação e incorporação de regras, procedimentos e prazos pelos atores envolvidos necessários para a construção dos mercados, por outro lado, enquanto pesquisadora, foi necessário fazer o exercício de

---

<sup>4</sup> A observação participante pressupõe fazer o que os “nativos” fazem; compartilhar a experiência, já a pesquisa participante traz uma dimensão mais aprofundada de atuação do pesquisador. São experiências ativas de construção de realidades; práticas sociais, que se desdobram também em reflexões teóricas.

distanciamento para que não fosse confundido, na hora da escrita, o indivíduo voluntário com o pesquisador.

### **Desenvolvimento:**

Em busca de espaço no mercado, os agricultores da Região metropolitana do Rio de Janeiro têm procurado construir mercados alternativos, tais como as feiras agroecológicas, orgânicas ou em alguns casos da Roça. Na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro, associados do Núcleo Vargem Grande da Rede ecológica, desenvolveram uma ferramenta de compras coletivas de alimentos orgânicos e agroecológicos chamada “Cesta Verde”, esta, que existiu entre junho de 2015 e março de 2016, era um empreendimento solidário que funcionava por meio da autogestão, integrando todos os envolvidos – agricultores e cestantes - criando um movimento de reconexão entre produtores e consumidores que estimula o desenvolvimento da agricultura local. (DAROLT, 2013). A Cesta Verde foi uma ferramenta alternativa de mercado frente ao mercado tradicional, assim como as feiras orgânicas/agroecológicas. A insatisfação com esse mercado convencional e a necessidade de apoiar o agricultor, leva ao surgimento dessas novas ferramentas consideradas justas socialmente. A Rede Ecológica, que também é um grupo de compras coletivas de produtos agroecológicos e orgânicos, anterior à Cesta Verde, funcionava paralelamente a ela, articulando territórios que se apoiam e se fortalecem.

Imprimir no espaço a identidade da comunidade que ali vive é uma forma de resistência frente ao desenvolvimento capitalista e, o mercado agroecológico “tira” o agricultor de seu local de vivência e retirada do sustento levando esse vínculo territorial e essa sociabilidade para outros espaços onde normalmente eles não são vistos, para se fazer presente na planta do município. Segundo Silvia Baptista, idealizadora, colaboradora da Cesta Verde e integrante da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AgroVargem): “A intensão é apoiar a agricultura local e esse mercado de proximidade”. A escolha desse tipo de comércio foi feita estrategicamente como forma também de apoiar a Feira Agroecológica da Freguesia que estava apresentando dificuldades nas vendas. Ao mesmo tempo, os consumidores de alimentos orgânicos de Vargem Grande, reivindicavam ter acesso a frescos orgânicos, já que as entregas de alimentos frescos pela Rede Ecológica limitavam-se à entrega mensal, junto com a

entrega de secos<sup>5</sup>. A Rede ecológica atuou em mediação com a Cesta Verde, o modelo de funcionamento via tabelas eletrônicas foi inspirado nela e na expertise que a Rede tem com esse tipo de mercado. Foi necessário também, com muita delicadeza, que fosse feita a mobilização dos consumidores da rede para que fossem incentivados a fazer suas compras diretas em um espaço que, embora tenha se inspirado nas ferramentas usadas pela rede, buscava sua autonomia, de modo geral, a Rede Ecológica apoia esse tipo de descentralização.

Silvia contou também que, “era uma demanda dos feirantes que eles chegassem à feira já com produtos vendidos”, se referindo aos feirantes da FAFRE. A Cesta Verde surge então como um braço da Feira da Freguesia que atingiria um outro território e fortaleceria as vendas dela, isso porque como as entregas da Cesta ocorriam no mesmo dia de funcionamento da Feira, os agricultores de fato passaram a ter uma demanda pré estabelecida para esse dia por conta das pessoas que faziam seu pedido previamente, via Cesta Verde, e os buscavam nesse dia e, funcionou como uma forma de expansão do território de comercialização desses produtos porque o público da Cesta era propositalmente limitado aos moradores da região das Vargens como forma de aproximação entre agricultores e consumidores locais. Esses agricultores conseguiam comercializar em dois lugares distintos no mesmo dia, porém de formas diferentes, já uma era feita por meio de encomendas e a outra via exposição de seus produtos na feira.

Outro resultado importante e esperado dessas estratégias de mercado foi a inauguração de uma nova feira em Vargem Grande baseada na demanda dos moradores da região, a nova feira era um dos objetivos a serem alcançados com o acionamento da Cesta. Sendo assim, três motivos levaram à Cesta Verde, são eles: o fortalecimento da Feira Agroecológica da Freguesia, a aproximação com os consumidores de Vargem Grande, e a implantação futura de uma feira em Vargem Grande. É válido ressaltar que havia uma preocupação de que essa nova feira fosse concretizada apenas quando a feira da freguesia já estivesse fortalecida, porém, em conversa com os agricultores, foi dito que havia uma pressão local para que a nova feira fosse inaugurada o quanto antes sob o risco de perder esse espaço para outros interessados caso esse processo demorasse a acontecer.

---

<sup>5</sup> A Rede Ecológica é um grupo de compras coletivas que faz entregas semanais de frescos e uma entrega mensal de secos orgânicos. Como a demanda de frescos no Núcleo Vargem Grande era muito pequena ficou inviável manter as entregas semanais.

Entre os principais fornecedores dos alimentos disponíveis na Cesta estavam a AgroVargem - Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, o Sítio da Vovó no Brejal, as agricultoras da Colônia Juliano Moreira, o Sítio do Zico (Santo Aleixo-Magé), o Sítio da Laodicéia (Magé) e a Cozinha Colher de Pau, da Juliana Diniz, (Magé). A participação da AgroVargem se estendia também em fazer a própria reflexão dos passos a serem dados em relação a tudo que envolve os agricultores locais e a comercialização de seus produtos.

A atuação da Cesta era restrita aos bairros Recreio, região das Vargens e Freguesia - embora tenha alcançado de fato apenas os moradores de Vargem Grande - a entrega era feita apenas em Vargem Grande, em frente à Associação de Moradores de Vargem Grande (Amavag). O sistema funcionava por semana ou por quinzenas, um(a) colaborador(a) checava com os agricultores os alimentos que seriam ofertados, em seguida, era feito o recolhimento dos pedidos dos cestantes - via tabela eletrônica -, sistematização e consolidação dos mesmos, repasse dos pedidos para os fornecedores, entrega dos pedidos na data e local estabelecido e organização do local onde as entregas são feitas. Por tais características, a Cesta Verde pode ser entendida como um exemplo de circuito curto de comercialização. Nela estão integrados dispositivos de venda que proporcionam acesso a alimentos orgânicos de forma prática e com valores proporcionais que são garantidos, por exemplo, por meio do voluntariado de mão-de-obra das pessoas que a faziam funcionar, além de proporcionar ao agricultor maior autonomia em relação a sua produção, ao contrário do que acontece em circuitos longos onde o agricultor tem sua produção controlada pelas empresas ou por intermediários a qual ele fornece seus produtos. (DARLOT, 2013). Por outro lado, o sistema integrado de participação de cestantes e agricultores no funcionamento da cesta é algo que ainda não foi considerado nas definições, ainda em estágio inicial, de circuitos curtos no Brasil, a definição que se tem considera apenas que um grupo de consumidores organizados pode criar um sistema de compras, mas não contempla a dinâmica de duplicidade que pode ser adotada por uma pessoa envolvida no processo da Cesta. Assim, aqui podemos perceber uma particularidade da Cesta Verde, já que nela agricultores e cestantes podem desempenhar os dois papéis, visto que um agricultor pode ser também um cestante e/ou colaborar com as outras etapas do processo de comercialização, não só com a oferta de seus produtos.

A definição de circuito curto teve maior desenvolvimento na França do que no Brasil, aqui ainda há que se caminhar para estabelecer uma definição mais clara. Ainda assim, os dois casos tem uma característica em comum: ambos os circuitos curtos são majoritariamente alimentados pela agricultura familiar. (DARLOT, 2013). A lógica que segue se pauta em uma forma de comércio que se entende como justa, criando um dinamismo no mercado tradicional do município, juntamente com as feiras agroecológicas – que também são circuitos curtos de comercialização -, possibilitando o acesso das pessoas a um alimento que prioriza qualidade e que é justo social e ambientalmente, além do que abre espaço para expandir o círculo de pessoas que conhecem e participam da agricultura do município, se fazendo assim conhecer e reconhecer socialmente através da representação das práticas exercidas em seu território que se apresentam no mercado da economia solidária. Sendo assim, os resultados da combinação entre agricultura ecológica e circuito curto de comercialização, tem impacto positivo em dimensões sociais, econômicas e ambientais. (DAROLT, 2013)

A autonomia que o circuito curto dá ao agricultor, tira dele a obrigação de produzir em grande escala e por meio da monocultura o alimento encomendado pela empresa compradora. Como colocou Darolt:

Outra característica a destacar em circuitos curtos é a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos. O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir.

Também por outro lado, os riscos de um projeto que funciona por meio da autogestão são altos, assim como qualquer outro empreendimento, mas tem sua peculiaridade já que depende do empenho de várias pessoas que desenvolvem outras funções no dia-a-dia e participam do projeto voluntariamente por acreditarem e apoiarem o mesmo. Exige também responsabilidade na pactuação das regras de funcionamento dos pedidos, entregas e pagamento. O que garante o bom funcionamento de um circuito curto de comercialização é justamente a parceria entre partes que têm em comum questões de discordância em relação ao mercado convencional. De um lado, cestantes preocupados em consumir de forma consciente e alimentos de origem e qualidade garantidos e, de outro lado, agricultores buscando ofertar seus produtos de forma justa e contra hegemônica em relação aos mercados dominantes (DAROLT, 2013). Embora nesse caso, vale ressaltar que os dois lados não estejam tão demarcados,

agricultor e cestante pode ser a mesma pessoa, o fato em comum é o desejo de fazer funcionar um projeto que ofereça para o público alvo a opção de consumir de forma consciente, ao mesmo tempo fazendo resistir o modo de vida de pessoas que têm sido apagadas e descaracterizadas pelo modelo mercantil e produtivo capitalista.

O consumo feito em circuitos curtos é uma forma de escapar da padronização do consumo imposta pelo mercado dominante. (DAROLT, 2013) A conscientização do consumidor é critério fundamental para que a agricultura ecológica e seus mercados se desenvolvam, por isso é indissociável pensar consumo sem pensar em consumidor. (BETTI, FENIMAN, SCHNEIDER, NIEDERLE, 2013) Embora a ideia de consumo politizado ainda esteja em construção, os consumidores apresentam novas formas de racionalização sobre o alimento em sua cadeia de produção e comercialização, e, são elas que possibilitam que projetos como o da Cesta Verde, funcionem. O alimento comercializado é o produto final que resulta das experiências dos agricultores que têm assim, a possibilidade de passar para outros seus conhecimentos e afirmarem sua importância oferecendo outro modo de alimentação que foge das prateleiras do supermercado e vai para um ambiente que permite a sociabilidade e o consumo justo e consciente, também o consumo é carregado de identidade, expressa valores e o posicionamento do consumidor em relação ao mercado. (BETTI, FENIMAN, SCHNEIDER, NIEDERLE, 2013)

Em suma, pode-se dizer que a Cesta Verde como um circuito curto de comercialização é um projeto integrado de mão dupla: ao mesmo tempo em que necessita do agricultor familiar para ofertar alimentos de origem e qualidade garantidas, é necessário que haja em concomitância o consumidor que contribua para a concretização do projeto, criando assim um ciclo onde agricultores e consumidores se apoiam e se fortalecem. Na prática, o agricultor oferece um produto que é de interesse de determinado consumidor, esse consumidor estabelece um vínculo com o agricultor para que um projeto como o da Cesta Verde funcione de forma justa para ambas as partes. O consumidor passa a ser também colaborador do projeto. A cesta verde é uma forma de circuito curto de comercialização e que, portanto, estimula o desenvolvimento da agricultura e comércio local, com a expansão do projeto mais pessoas passam a conhecê-lo e a procura aumenta, voltamos então para o agricultor, esse que têm autonomia perante sua produção é capaz de se desenvolver dentro de suas limitações e novamente o ciclo se reinicia.

Há que se pontuar que a autonomia de produção é uma via de mão dupla, o agricultor não se prende a obrigação de produzir o que foi encomendado previamente, porém, pode passar a não ter oferta de produtos suficiente para abastecer os mercados de circuitos curtos que foram acessados, como a Feira Agroecológica da Freguesia e a Cesta Verde. Como ambas funcionavam articuladas, era necessário também que houvesse oferta de produtos em maior quantidade. Aqui então, faremos agora uma breve retomada da trajetória da FAFRE para entender em termos palpáveis, em quais condições essa feira funciona.

Inaugurada em 2013 e com localização na Praça Professora Camisão, freguesia – Rio de Janeiro, a feira surgiu de uma demanda dos moradores à AMAF (Associação dos moradores de Freguesia) e é uma iniciativa do SEDES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário) e da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Grande parte dos seus feirantes são agricultores de Vargem Grande e Taquara, mas contam também com o apoio de agricultores da Região Metropolitana e Serrana. A feira faz parte do Circuito Carioca de Feiras orgânicas, porém, além de orgânica, a feira se identifica com os valores da agroecologia, ou seja, acreditam nela como um espaço de valorização do pequeno agricultor familiar e urbano, que contribui para permitir que o(a) agricultor(a) possa continuar sendo agricultor(a) ou vivendo da sua terra.

Entre 2013 e 2014 e foram ofertados cerca de 220 produtos diferentes entre ervas, frutas, verduras, legumes, alimentos processados (bolos, geleias, doces), cosméticos artesanais (sabonete líquido e em barra), artesanato (porta retrato, caixinhas de decapagem, mosaicos). O número de feirantes – agricultores que ficavam nas barracas – girava em torno de 14 com 8 barracas, pois muitas das vezes uma barraca continha produtos de mais de um local de origem. Alguns agricultores faziam outras feiras no mesmo dia e por isso não poderiam estar presentes nesse local, ou então pediam um espaço emprestado ao colega para colocar seus produtos que, nesse caso, era em pequena quantidade, esses fatores faziam com que os feirantes pudessem dividir espaço em suas barracas.

Na ocasião, agricultores contavam-nos sobre a alegria de ser uma pequena agricultora apesar de todas as dificuldades que teve para ser reconhecida como tal, como ela falou com orgulho: “sou agroecológica, sou orgânica, meu sítio é todo dentro das normas da agroecologia”. Sobre a FAFRE, ela conta que está lá desde o início e

participou da criação da feira, conta também que seus produtos são ofertados em cinco feiras do circuito carioca de feiras orgânicas. Disse também que no primeiro ano da feira ela conseguiu sua cozinha e no segundo, conta-nos emocionada, que conseguiu a certificação dela. Sobre sua participação na elaboração da FAFRE, ela nos contou em entrevista no primeiro aniversário da feira que: “participei desde que começou a gente montando a feira, organizando, fazendo reuniões, estou aqui desde esse tempo até o dia eu nós conseguimos a liberação da prefeitura pra inaugurar a feira, um ano atrás inauguramos e foi muito bom”.

A Feira Agroecológica da Freguesia também é considerada um circuito curto de comercialização, mas tem ressalvas em relação à definição dada por Darolt (2013). Segundo ele, “a feira ecológica vende somente produtos do produtor ou de sua rede de comercialização diretamente ao consumidor. A presença do produtor ou um representante da família é uma exigência.” (In: Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. p.144). Embora no caso analisado tenhamos exemplo de representantes que não são da família nas barracas, como na entrevista acima, o caso, excepcional, não pormenoriza a legitimidade da feira, deve-se considerar aqui a peculiaridade do conceito de família em um lugar onde as pessoas estão conectadas por laços tão fortes quanto o sanguíneo, passando por vínculos de trajetórias, tradicionalidades, pertencimento, histórias de vida e auto reconhecimento. A parceria entre o poder público local, as associações de produtores e de consumidores, e instituições de apoio à agricultura ecológica (extensão rural, universidades, institutos de pesquisa, ONGs) (DAROLT, 2013) são características de feiras que são encontradas no caso colocado, já que recebe organizações das três instâncias. Além disso, para suprir as necessidades da feira, aceita-se algumas exceções, como o caso de um feirante que entrou na feira porque tinha carro e podia viabilizar a participação de outra agricultora que estava com dificuldades para transportar seus produtos. Porém, isso não se estabeleceu definitivamente, já que depois foi alegado que não havia espaço no carro para trazê-la.

Outro ponto delicado da definição da feira como circuito curto de comercialização é que, geralmente eles não aceitam atravessadores. No caso analisado temos a presença de um atravessador na feira, há que se considerar aqui que a variedade quantidade de produtos ofertados por ele ajuda diretamente a fortalecer a feira e solidificar o público que encontra maior variedade e quantidade de produtos. Sobre

essas peculiaridades apresentadas nos circuitos curtos de comercialização, Darolt (2013) coloca que: “Há diferentes formatos e combinações de circuitos curtos que podem ser seguidos, com características, vantagens e desvantagens que precisam ser avaliadas.”

A parceria entre o poder público local, as associações de produtores e de consumidores, e instituições de apoio à agricultura ecológica (extensão rural, universidades, institutos de pesquisa, ONGs) (DAROLT, 2013) são características das feiras que são encontradas no caso colocado, já que recebe organizações das três instâncias e, principalmente estabelece um diálogo íntimo com a agroecologia, esses agricultores se identificam com os princípios do movimento e se autodenominam como tal, por isso também o nome da feira analisada.

As feiras em geral são exemplos do novo mercado analisado pela sociologia econômica, ele se compõe por estruturas sociais dinâmicas onde indivíduos estabelecem laços, e não mais como estruturas abstratas, independentes e autossuficientes (RIMAR, 2016), prova disso é nos depararmos com uma feira, como a de Vargem Grande, que surge de uma demanda social dos moradores locais, articula mais que um território de agricultores que abastecem a feira e ainda conta com instituições de apoio. Logo, o mercado é uma construção social. O próprio mercado orgânico passa por uma construção intelectual que aciona diferentes atores. Sendo assim o mercado é construído socialmente articulando, atores, normas sociais, região, clima e cultura, sendo também, capaz de valorizar conhecimentos, tradições e histórias (RIMAR, 2016).

No caso do mercado agroecológico, Cassarino e Ferreira (2013), colocam uma perspectiva que supera a redução da produção agroecologia a um mercado orgânico de nicho, ampliando seu debate teórico e levando esse mercado para uma discussão de espaços de processamento e comercialização de alimentos, assim podendo gerar iniciativas que estimulem processos de desenvolvimento rural. Como apresentaram os autores Cassarino e Ferreira (2013):

[...] o que se procura desenvolver são iniciativas que estruturam processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, que visem e realizem articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a

construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais.

Os resultados da FAFRE podem ser conferidos nos romaneios – documentos impressos que eles preenchem a cada dia de feira que contém: data, mercadoria, origem, unidade, preço, quantidade vendida e total vendido, após isso o romaneio é repassado para colaboradores que podem ser acadêmicos pesquisadores ou membros das instituições apoiadoras, que fazem a digitalização desse documento.

### **Considerações finais:**

Enquanto empreendimento que buscava fortalecer os agricultores, a Feira da Freguesia e servir de parâmetro para a demanda que se organizaria para a formação da feira em Vargem Grande, pode-se dizer que a Cesta Verde cumpriu seus objetivos. O circuito curto de comercialização é um mecanismo de fortalecimento da agricultura local e por isso contribuiu para que o objetivo de fortalecimento da FAFRE fosse alcançado. A parceria entre dois mercados em que um depende e alimenta o outro foi bastante funcional, nesse caso. Embora haja alguns pontos destoantes nas características de circuito curto em relação aos casos analisados, cabe-nos compreender que essa definição ainda é pouco trabalhada no Brasil e, por isso, pode se esbarrar em peculiaridades, como ficou claro ao longo do texto. A feira de Vargem Grande apresenta particularidades e problemas naturais de um empreendimento ainda em estágio inicial, como por exemplo, a dificuldade em passar para o cliente as diferenças entre o alimento orgânico e agroecológico.

Antropologicamente, a pesquisa pôde nos mostrar princípios ordenadores de troca (MAUSS, 2003) que não são simples e podem ser vistos como forma de crítica social, nos termos da pesquisa, os circuitos curtos de mercado, são assim um contraponto ao mercado capitalista hegemônico, que expressa a insatisfação com o sistema econômico, mostrando-se como uma forma de resistência, que como colocou Polanyi, é tão legítima quanto a luta de classes.

**Referências Bibliográficas:**

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. 2002.

BOURDIEU, P. O campo econômico. Revista Política e Sociedade, v. 6, p 15-57. 2005.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS). In: Economia Solidária, volume I.

FERNANDEZ, A CF; FERREIRA. F. O mercado de produtos orgânicos e agroecológicos: disputas e apropriações ideológicas. Texto apresentado na 39º Encontro Anual da ANPOCS GT 35 Sociedade e Vida Econômica. Caxambu, 2015.

LOECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. In: Economia Solidária, volume I.

LUZZI, Nilza. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir do EBAAS e da experiência PTA/FASE. Texto apresentado na 32º Encontro anual da ANPOCS GT 41 Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural. Caxambu, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. in: Mauss, M. Sociologia e Antropologia. SP, Cosac Naif, 2003.

POLANYI, Karl. “A grande transformação. As origens de nossa época”. 2ª Edição, editora Campos. São Paulo, 2000.

TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. A. Território de ao local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindica o socioambiental nas ciências sociais. Revista de Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.97-125, jun./ago. 2013.